



Número: **0801628-33.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **30/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL GONCALVES NASCIMENTO (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29143530	19/03/2020 13:54	Sentença	Sentença



Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801628-33.2019.8.15.0001
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: DANIEL GONCALVES NASCIMENTO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

**COBRANÇA DPVAT – INVALIDEZ
PERMANENTE – CONSTATAÇÃO –
INDENIZAÇÃO EQUIVALENTE AO
GRAU DE DEBILIDADE AVERIGUADO -
PROCEDÊNCIA PARCIAL.**

Vistos.

DANIEL GONÇALVES NASCIMENTO, qualificado nos autos, ingressou em juízo com a presente ação em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT S/A**, alegando a parte autora, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico, ocorrido no dia 10/06/2018, tendo TCE GRAVE, FRATURA DE OSSOS DA FACE E TRAUMA DE FACE, e que segundo o autor ocasionou comprometimento do membro e incapacidade permanente.

Sustenta o promovente que realizou requerimento administrativo junto à Seguradora Líder – DPVAT, contudo, teve o benefício negado sob o argumento de que não houve lesão a indenizar, motivo pelo qual busca a esfera judicial.



Ao final, requer a condenação da parte promovida ao pagamento de indenização do seguro DPVAT no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além dos demais requerimentos de estilo.

Contestação juntada sob o ID 21910687, aduzindo, em suma, que a parte autora não apresentou o laudo do IML e a respectiva quantificação da lesão, afirmando ainda a inexistência de invalidez permanente constante no requerimento administrativo expedido pela seguradora.

Por fim, requer, no mérito, a total improcedência dos pedidos autorais, além dos demais requerimentos de praxe.

Impugnação juntada sob o ID 22305655.

A prova pericial requerida pelas partes foi deferida, nos termos do despacho sob o ID 24402526, tendo sido juntada a avaliação médica no ID 26851164.

Instadas as partes a se manifestarem, fizeram-no sob os IDs 26854536 e 27493403.

Vieram os autos conclusos para os fins de direito.

É, em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

Verificada a desnecessidade de dilação probatória, encontra – se o feito apto a julgamento e ante a ausência de preliminares e prejudiciais a serem apreciadas, passo ao exame do mérito da causa:

O feito versa sobre o pagamento de seguro obrigatório DPVAT, o qual se caracteriza por ser um contrato legal, de cunho eminentemente social, com regras definidas em normas próprias, regidas pelas Leis nºs 6.194/74 e 8.441/92.

A obrigação da seguradora promovida decorre da lei, cuidando-se de responsabilidade objetiva, sendo necessária, apenas: a demonstração do acidente e o dano dele decorrente, consoante o art. 5º da Lei nº 6.194/74.

A promovida questiona, em sede de contestação, a não comprovação pela autora do grau de invalidez alegada.



Impende frisar que, a imprescindibilidade da realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74 é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. Na esfera judicial a investigação técnica deve ser estabelecida nos moldes do art. 464 e seguintes do vigente CPC.

Nos autos constam o boletim de ocorrência (ID 18918607), os prontuários médicos do autor junto ao Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes em decorrência de acidente automobilístico em 10/06/2018 (IDs 18918565/18918577/18918593), tendo se submetido a procedimento cirúrgico, além de declaração de atendimento prestada pelo SAMU, no dia 10/06/2018, por ter sido vítima de acidente de trânsito (ID 18918607), restando suficientemente demonstrada a ocorrência do sinistro *sub judice*.

A Avaliação Médica realizada no requerente, onde constatou-se dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial incompleto (sequelas permanentes), das estruturas crânio faciais, com percentual de 10% residual (ID 26851164 – Pág. 2).

Dispõe o inciso II, do art. 3º, da Lei n.º 6.194/74 que o valor da cobertura por invalidez permanente será de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O cálculo para o pagamento do seguro obrigatório é feito com a fórmula: valor limite x (%) da cobertura (de acordo com a Tabela DPVAT) x (%) avaliada da lesão.

Apromovida ao se manifestar acerca do Laudo Pericial não concordou a conclusão obtida, contudo, impende frisar que a Avaliação Médica realizada (ID 26851164) não se mostra contraditória ou omissa, sendo bastante objetiva e esclarecedora quanto ao ponto controvertido da lide.

A Lei n.º 6.194/74 prevê em sua Tabela para os casos de perda anatômica e/ou funcional completa Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, indenização na ordem de 100% do valor total para os casos de invalidez permanente completa, considerando que o percentual da debilidade permanente nas estruturas crânio faciais do promovente é na ordem de 10% residual, temos o seguinte cálculo:

ESTRUTURAS CRÂNIO FACIAIS – 10% RESIDUAL

(valor limite) (cobertura prevista pela tabela) (lesão avaliada) (valor devido)

R\$ 13.500,00 x 100 % x 10 % = R\$ 1.350,00



Assim sendo, revela-se o nexo de causalidade entre o acidente de trânsito em questão e a invalidez permanente parcial apresentada pelo demandante, fazendo este jus a indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais).

Diante do exposto, considerando-se tudo mais que dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL** e faço com fulcro no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, alterada pela Lei nº 11.482/2007 para condenar a promovida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. a pagar a autora a quantia de R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), com correção monetária pelo INPC a contar de 10/06/2018 (data do acidente)¹ e juros de mora de 1% ao mês, estes devidos a partir da citação².**

Condeno, também, a promovida a pagar as custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre valor da condenação, com arrimo no disposto no art. 85, § 2º, do CPC.

P.R.I. (A intimação dirigida à promovida deve ser destinada ao advogado indicado no ID 22972510 – Pág. 1).

Interpostos Embargos de Declaração, certifique-se a tempestividade e, em seguida, intime-se a parte embargada para se manifestar no prazo de 05 dias, em conformidade com o previsto no art. 1.023 do CPC.

Com ou sem manifestação, certifique-se na segunda hipótese e, depois, retornem conclusos para decisão.

Em caso de interposição de recurso de apelação, intime(m)-se o(a)(s) apelado(a)(s) para apresentar (em) contrarrazões no prazo legal.

Vindas estas e havendo questão suscitada, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/2015, intime(m)-se o(s) recorrente(s) para se manifestar(em) no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo sem a apresentação das contrarrazões ou não havendo questão suscitada, nos termos do art. 1.009, §1º do CPC/2015, encaminhem-se os autos ao TJPB, nos termos do art. 1.010, § 3º, do CPC/2015, com as cautelas de praxe e as homenagens deste Juízo.

Transitada em julgado a presente decisão, cumpram-se os seguintes atos:

1) Nos termos do art. 526 do CPC/15, intime-se a parte ré, por seu advogado indicado, para, querendo, cumprir a obrigação, voluntariamente, no prazo de 15(quinze) dias.

2) Caso haja pagamento espontâneo, intime-se a promovente para, no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que entender de direito (Art. 526 1º§ do CPC/15).



3) Concordando a autora com o valor depositado, expeçam-se alvarás liberatórios da quantia depositada, nos moldes da Sentença/Acórdão, em favor da parte e seu advogado. Após, intinem-se os beneficiários para ciência da expedição do seu respectivo alvará judicial.

3.1) Após, **intime-se a ré, por seu advogado indicado, para efetuar o pagamento das custas processuais e comprovar a quitação nos autos, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa.**

3.2) Mantendo-se inerte, **remetam-se** as cópias desta sentença, do acórdão (se houver), dos cálculos das custas (se houver), da certidão de não pagamento, além do número da CNPJ da devedora à Procuradoria Estadual para fins de inscrição em dívida ativa. Adotadas as providências acima, **arquite-se** o processo, com baixa na distribuição.

4) Não havendo manifestação da parte promovida, após intimação prevista no item 1, aguarde-se por 30 (trinta) dias, interesse da promovente. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

5) Tendo a demandante peticionado, requerendo o **início do cumprimento da sentença**, com apresentação, inclusive, de memória de cálculo, intime-se a parte executada nos termos do art. 523, § 1º, do CPC/15. Em havendo pagamento dentro do prazo legal, cumpra-se, integralmente, as determinações contidas no item 3. Não havendo pagamento, aguarde-se o prazo para impugnação.

6) Apresentada impugnação, dê-se vista à exequente para falar no prazo de 15(quinze) dias, vindo-me os autos conclusos, posteriormente, para decisão.

7) Havendo decurso do prazo sem pagamento e impugnação, intime-se o exequente para apresentar nova memória de cálculo, desta feita, contendo multa e honorários, consoante dicção do art. 523, § 1º, do CPC/15, devendo, ainda, requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias.

Campina Grande-PB, data e assinatura pelo sistema.



JUÍZA DE DIREITO

¹ Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

² Súmula 426-STJ: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

